IV SEMINÁRIO Mulheres NO SISTEMA DE JUSTIÇA: Desafios e Trajetórias

9 E 10 DE MAIO DE 2022 | BRASÍLIA PALACE HOTEL - BRASÍLIA/DF

CARTA DE BRASÍLIA

Nós, signatárias e signatários desta Carta aberta, apoiadores, apoiadoras e participantes do *IV Seminário "Mulheres no Sistema de Justiça: desafios e trajetórias"*,

considerando que, apesar da evolução observada nas discussões a respeito da equidade de gênero, ainda há a necessidade de concretização de medidas destinadas a promover a efetiva igualdade na magistratura e por meio da magistratura;

considerando que a igualdade de gênero, em sua intersecção com raça, classe e orientação sexual é uma das metas da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas;

considerando a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento do caso Márcia Barbosa de Sousa e Outros v. Brasil;

considerando os resultados preliminares da pesquisa Ajufe / Oxford "Quem estamos empoderando? Indicadores e tendências sobre diversidade em cortes constitucionais";

considerando que, com relação à diversidade de gênero e raça, o Brasil apresenta indicadores abaixo da média global apontada no estudo sobre cortes constitucionais;

considerando o lançamento do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, em outubro de 2021 pelo Conselho Nacional de Justiça, que foi objeto da Recomendação n. 128/22 do mesmo Conselho, para adoção em todo o Poder Judiciário;

vimos, por meio deste documento, firmar compromisso de atuação em prol da sua agenda política em comum, levando ao conhecimento do público e das autoridades competentes as seguintes ações prioritárias:

1) ampla divulgação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero e da recomendação de sua adoção pelos órgãos do poder judiciário;

2) instituição de banco de dados oficial sobre a composição da magistratura brasileira, contendo, pelo menos, indicadores referentes a gênero e raça;

3) criação de repositório de decisões proferidas com base no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero;

4) encaminhamento da pesquisa Ajufe/Oxford *"Quem estamos empoderando? Indicadores e tendências sobre diversidade em cortes constitucionais"* aos tribunais superiores, CNJ, CJF e as demais associações de classe do sistema de justiça;

5) gestão junto ao Comitê de prevenção e enfrentamento do assédio moral e do assédio sexual e da discriminação no Poder Judiciário para criação de um protocolo de tratamento de denúncias de assédios sexual e moral e discriminação nos tribunais;

6) observância do julgamento proferido pelo STF no HC coletivo 143.641;

7) promoção de estudos para a criação de mecanismos para implementação de política de paridade de gênero e raça no sistema jurídico brasileiro;

8) criação de fóruns permanentes de discussões sobre gênero, raça e equidade;

9) incentivo à composição paritária de gênero e raça nos eventos das associações nacionais e regionais de magistrados e magistradas;

10) instituição de cursos que capacitem os membros das instituições, servidoras e servidores do sistema de justiça nas temáticas de gênero e raça com suas interseccionalidades recíprocas, especialmente os de formação inicial;

11) defesa da maior participação das mulheres nas entidades associativas;

Com tais medidas iniciais, esperamos contribuir para um judiciário mais diverso e representativo da sociedade brasileira, assegurando a legitimidade democrática do exercício da função jurisdicional e do sistema de justiça.

10 de maio de 2022

Comissão AJUFE Mulheres

AJUFE MULHERES

50 AJUFE